



## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### PAUTA 012/2019

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 17 de setembro de 2019, terça-feira, às 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750 – Centro Administrativo da Bahia – CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia.

#### 1. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO FELIPE, DE ENTRÂNCIA INICIAL.

	INSCRITOS
1	Sônia Regina Orlandini Suga
2	Lucas da Silva Santana

#### 2. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA WASHINGTON ARAÚJO CARIGÉ:**

2.1. Procedimento Ministerial nº 694.0.81163/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;

2.2. Procedimento Ministerial nº 003.0.142602/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Casa Nova;

2.3. Procedimento Ministerial nº 003.0.258734/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;

2.4. Inquérito Civil nº 596.0.209921/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

2.5. Inquérito Civil nº 600.9.56296/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

2.6. Inquérito Civil nº 003.0.160708/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

2.7. Procedimento Ministerial nº 003.9.56613/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

2.8. Inquérito Civil nº 003.0.114621/2008, da Promotoria de Justiça de Formosa do Rio Preto;



- 2.9. Inquérito Civil nº 003.9.45821/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.10. Inquérito Civil nº 600.9.215396/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 2.11. Inquérito Civil nº 596.0.44464/2016, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.12. Procedimento Ministerial nº 167.9.10466/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 2.13. Inquérito Civil nº 003.0.52290/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.14. Procedimento Ministerial nº 003.0.84790/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.15. Procedimento Ministerial nº 003.9.134943//2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.16. Inquérito Civil nº 600.9.213424/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 2.17. Inquérito Civil nº 003.0.50324/2012, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
- 2.18. Inquérito Civil nº 003.0.146131/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.19. Inquérito Civil nº 003.0.254535/2016, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
- 2.20. Inquérito Civil nº 035.9.239704/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 2.21. Inquérito Civil nº 592.9.197895/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus.
- 2.22. Inquérito Civil nº 228.0.182371/2013, da Promotoria de Justiça de Pojuca;
- 2.23. Inquérito Civil nº 646.0.149403/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.24. Inquérito Civil nº 596.0.172574/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.25. Inquérito Civil nº 003.9.21731/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.26. Inquérito Civil nº 003.9.79458/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 2.27. Inquérito Civil nº 003.0.95273/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.28. Inquérito Civil nº 003.9.89529/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.29. Inquérito Civil nº 681.0.138373/2007, da Promotoria de Justiça de Uauá;
- 2.30. Procedimento Ministerial nº 694.0.107040/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 2.31. Inquérito Civil nº 003.0.46218/2009, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 2.32. Procedimento Ministerial nº 167.9.75909/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 2.33. Inquérito Civil nº 146.0.163567/2015, da Promotoria de Justiça de Laje;
- 2.34. Inquérito Civil nº 003.9.22784/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;



- 2.35. Inquérito Civil nº 709.0.241232/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 2.36. Inquérito Civil nº 003.0.75955/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 2.37. Inquérito Civil nº 003.0.252676/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 2.38. Procedimento Ministerial nº 593.0.69017/2016, da 7ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 2.39. Inquérito Civil nº 597.9.250029/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.40. Inquérito Civil nº 646.0.161156/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.41. Inquérito Civil nº 190.9.67210/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 2.42. Inquérito Civil nº 597.0.134139/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.43. Procedimento Ministerial nº 003.0.156494/2010, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;
- 2.44. Procedimento Ministerial nº 003.9.145067/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.45. Inquérito Civil nº 167.9.46223/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João.

**RELATORA: EXM.<sup>a</sup> SR.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA REGINA MARIA DA SILVA CARRILHO:**

- 2.46. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 590.9.28836/2019, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.47. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 241.9.35834/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Remanso;
- 2.48. Inquérito Civil nº 674.0.138081/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.49. Inquérito Civil nº 597.0.82366/2012, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Valença;
- 2.50. Procedimento Ministerial nº 003.0.90711/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.51. Inquérito Civil nº 644.9.4584/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 2.52. Procedimento Ministerial nº 003.0.45949/2009, da Promotoria de Justiça de Rio Real;
- 2.53. Inquérito Civil nº 003.9.116887/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.54. Inquérito Civil nº 003.0.213682/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.55. Procedimento Ministerial nº 694.0.90863/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 2.56. Procedimento Ministerial nº 694.0.127032/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 2.57. Procedimento Ministerial nº 677.9.6533/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 2.58. Inquérito Civil nº 646.0.50128/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.59. Inquérito Civil nº 593.0.67692/2016, da Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 2.60. Procedimento Ministerial nº 003.9.40618/2018, da 6ª Promotoria de Justiça do



Meio Ambiente;

- 2.61. Inquérito Civil nº 189.0.38642/2012, da Promotoria de Justiça de Mutuípe;
- 2.62. Procedimento Ministerial nº 003.0.54190/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.63. Inquérito Civil nº 003.9.45981/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.64. Inquérito Civil nº 025.0.152852/2009, da Promotoria de Justiça de Belo Campo;
- 2.65. Inquérito Civil nº 712.0.128418/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 2.66. Procedimento Ministerial nº 003.9.116268/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.67. Inquérito Civil nº 112.9.168872/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 2.68. Inquérito Civil nº 681.0.73901/2014, da 1ª promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 2.69. Inquérito Civil nº 003.0.233443/2012, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.70. Procedimento Ministerial nº 692.0.37991/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 2.71. Inquérito Civil nº 719.0.185171/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Seabra;
- 2.72. Procedimento Ministerial nº 708.9.50163/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 2.73. Procedimento Ministerial nº 003.9.92446/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.74. Inquérito Civil nº 596.9.146307/20017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.75. Inquérito Civil nº 646.0.185800/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.76. Inquérito Civil nº 600.9.264021/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 2.77. Inquérito Civil nº 003.0.123425/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.78. Inquérito Civil nº 674.0.4845/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.79. Procedimento Ministerial nº 933.9.187195/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 2.80. Procedimento Ministerial nº 003.9.82564/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.81. Inquérito Civil nº 003.9.142627/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

**RELATORA: EXM.<sup>a</sup> SR.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DE FÁTIMA CAMPOS DA CUNHA:**

- 2.82. Procedimento Ministerial nº 003.9.165867/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 2.83. Procedimento Ministerial nº 003.9.270662/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM
- 2.84. Inquérito Civil nº 644.0.232500/2016, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
- 2.85. Inquérito Civil nº 600.9.74757/2019, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;



- 2.86. Inquérito Civil nº 035.9.3071/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 2.87. Inquérito Civil nº 003.0.18031/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.88. Inquérito Civil nº 003.9.123750/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 2.89. Procedimento Ministerial nº 597.9.248905/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.90. Inquérito Civil nº 003.9.89720/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.91. Procedimento Ministerial nº 591.9.9579/2019, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.92. Procedimento Ministerial nº 680.0.165908/2016, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 2.93. Procedimento Ministerial nº 003.0.16089/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.94. Inquérito Civil nº 597.0.197496/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.95. Inquérito Civil nº 003.9.202889/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso;
- 2.96. Inquérito Civil nº 646.0.173487/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.97. Inquérito Civil nº 003.9.105431/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 2.98. Inquérito Civil nº 017.0.147311/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Ipirá;
- 2.99. Inquérito Civil nº 167.9.28257/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 2.100. Inquérito Civil nº 646.0.213270/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.101. Procedimento Ministerial nº 708.9.49993/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 2.102. Inquérito Civil nº 596.0.36758/2013, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.103. Inquérito Civil nº 646.0.54921/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.104. Inquérito Civil nº 707.0.226012/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Poções;
- 2.105. Inquérito Civil nº 352.0.15161/2009, Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.106. Inquérito Civil nº 591.0.259855/2012, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.107. Inquérito Civil nº 268.9.158457/2017, da Promotoria de Justiça de Santa Teresinha;
- 2.108. Procedimento Ministerial nº 003.9.40872/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.109. Inquérito Civil nº 708.0.210800/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 2.110. Inquérito Civil nº 003.0.155882/2012, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação;
- 2.111. Inquérito Civil nº 597.0.234946/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.112. Inquérito Civil nº 646.0.99085/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.113. Inquérito Civil nº 600.9.173766/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;



- 2.114. Procedimento Ministerial nº 646.0.170538/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.115. Procedimento Ministerial nº 003.0.84479/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.116. Inquérito Civil nº 692.2.54640/2004, da Promotoria de Justiça de Carinhanha;
- 2.117. Procedimento Ministerial nº 646.0.164561/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.118. Inquérito Civil nº 597.0.83224/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.119. Procedimento Ministerial nº 001.9.42778/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.120. Procedimento Ministerial nº 646.9.269373/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.121. Inquérito Civil nº 596.0.47615/2009, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.122. Inquérito Civil nº 003.0.16962/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 2.123. Procedimento Ministerial nº 003.9.79613/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADIVALDO GUIMARÃES CIDADE:**

- 2.124. Procedimento Ministerial nº 003.9.19833/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.125. Inquérito Civil nº 003.9.48777/2018, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.126. Inquérito Civil nº 681.0.159178/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 2.127. Procedimento Ministerial nº 003.0.93415/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.128. Procedimento Ministerial nº 596.1.23540/2006, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.129. Procedimento Ministerial nº 003.9.140774/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.130. Inquérito Civil nº 003.0.169407/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.131. Inquérito Civil nº 003.0.84783/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.132. Inquérito Civil nº 003.0.41297/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 2.133. Inquérito Civil nº 003.0.135971/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.134. Inquérito Civil nº 003.0.193521/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.135. Procedimento Ministerial nº 596.0.139529/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.136. Inquérito Civil nº 596.0.200227/2014, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;



- 2.137. Inquérito Civil nº 003.9.72958/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.138. Procedimento Ministerial nº 597.9.172185/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.139. Inquérito Civil nº 003.0.186507/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.140. Inquérito Civil nº 003.0.31454/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.141. Inquérito Civil nº 003.9.121944/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.142. Inquérito Civil nº 681.0.165989/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 2.143. Inquérito Civil nº 597.0.197475/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.144. Inquérito Civil nº 003.0.162525/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 2.145. Inquérito Civil nº 001.9.43168/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 2.146. Inquérito Civil nº 598.9.36971/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.147. Inquérito Civil nº 128.0.190529/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 2.148. Procedimento Ministerial nº 593.9.59656/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 2.149. Procedimento Ministerial nº 593.9.221289/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 2.150. Inquérito Civil nº 708.9.80597/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 2.151. Inquérito Civil nº 003.0.80582/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.152. Procedimento Ministerial nº 003.0.64173/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
- 2.153. Inquérito Civil nº 003.0.153084/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 2.154. Inquérito Civil nº 600.9.74660/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 2.155. Inquérito Civil nº 003.0.26065/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.156. Inquérito Civil nº 718.0.267726/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Ubaitaba;
- 2.157. Inquérito Civil nº 590.9.32866/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.158. Inquérito Civil nº 590.1.13777/2007, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.159. Inquérito Civil nº 146.0.32464/2009, da Promotoria de Justiça de Laje;
- 2.160. Inquérito Civil nº 600.9.74731/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 2.161. Inquérito Civil nº 332.0.70454/2013, da Promotoria de Justiça de Tremendal;
- 2.162. Procedimento Ministerial nº 694.0.19955/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 2.163. Inquérito Civil nº 003.0.75214/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.164. Inquérito Civil nº 646.0.14316/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;



- 2.165. Inquérito Civil nº 003.0.196156/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.166. Inquérito Civil nº 591.9.241023/2017, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.167. Inquérito Civil nº 702.0.7931/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 2.168. Procedimento Ministerial nº 646.0.109692/2014, da 10ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.169. Inquérito Civil nº 003.0.226839/2014, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 2.170. Inquérito Civil nº 003.9.99471/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.171. Inquérito Civil nº 598.0.239429/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.172. Procedimento Ministerial nº 003.0.155569/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.173. Inquérito Civil nº 003.0.137951/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC.

**RELATORA: EXM.<sup>a</sup> SR.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS:**

- 2.174. Procedimento Ministerial nº 692.0.5988/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 2.175. Procedimento Ministerial nº 003.0.97829/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.176. Inquérito Civil nº 167.9.58169/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 2.177. Procedimento Ministerial nº 674.0.224826/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.178. Inquérito Civil nº 167.9.14079/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 2.179. Inquérito Civil nº 596.9.236282/2017, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.180. Inquérito Civil nº 646.0.136220/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.181. Procedimento Ministerial nº 598.9.20107/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 2.182. Inquérito Civil nº 646.9.49779/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.183. Inquérito Civil nº 708.0.179036/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 2.184. Inquérito Civil nº 003.0.87751/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 2.185. Inquérito Civil nº 003.0.222961/2012, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 2.186. Procedimento Ministerial nº 003.0.208367/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.187. Inquérito Civil nº 017.0.81699/2010 da 01ª Promotoria de Justiça de Ipirá;
- 2.188. Inquérito Civil nº 003.9.181965/2018 da 12ª Promotoria de Justiça de Assistência de Salvador;





- 2.189. Procedimento Ministerial nº 003.0.112689/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
- 2.190. Inquérito Civil nº 167.0.202611/2014 da 02ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 2.191. Procedimento Ministerial nº 597.9.199490/2018, da 02ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.192. Procedimento Ministerial nº 716.9.216096/2017, da 01ª Promotoria de Justiça de Ipirá;
- 2.193. Procedimento Ministerial nº 698.0.213434/2014, da 06ª Promotoria de Justiça de Irecê;
- 2.194. Inquérito Civil nº 003.9.222536/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 2.195. Inquérito Civil nº 600.9.219353/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 2.196. Inquérito Civil nº 699.0.189605/2009, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 2.197. Procedimento Ministerial nº 003.9.181753/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.198. Procedimento Ministerial nº 003.9.54866/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 2.199. Inquérito Civil nº 674.0.171560/2013, da 6ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.200. Inquérito Civil nº 003.0.56249/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 2.201. Inquérito Civil nº 593.9.102753/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 2.202. Inquérito Civil nº 699.0.61247/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 2.203. Procedimento Ministerial nº 702.0.49796/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 2.204. Procedimento Ministerial nº 646.0.53249/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.205. Inquérito Civil nº 003.9.180125/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 2.206. Inquérito Civil nº 712.0.129355/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 2.207. Inquérito Civil nº 646.0.195304/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.208. Inquérito Civil nº 592.9.106061/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 2.209. Inquérito Civil nº 646.0.95318/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.210. Procedimento Ministerial nº 597.9.194619/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.211. Inquérito Civil nº 003.9.6307/2019, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.212. Inquérito Civil nº 699.1.21609/2005, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba.

**RELATORA: EXM.<sup>a</sup> SR.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA ÁUREA LÚCIA SOUZA SAMPAIO LOEPP:**

2.213. Procedimento Ministerial nº 600.9.93990/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de



- Santo Antônio de Jesus;
- 2.214. Inquérito Civil nº 674.0.129206/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.215. Inquérito Civil nº 597.0.83887/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.216. Inquérito Civil nº 600.9.126454/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 2.217. Inquérito Civil nº 021.0.245595/2015, da Promotoria de Justiça de Barra do Choça;
- 2.218. Inquérito Civil nº 709.0.218830/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 2.219. Inquérito Civil nº 699.0.187940/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 2.220. Inquérito Civil nº 694.0.246306/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 2.221. Inquérito Civil nº 336.9.7632/2019, da Promotoria de Justiça de Uá-Uá;
- 2.222. Inquérito Civil nº 597.0.108738/2008, da 04ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.223. Inquérito Civil nº 003.9.178718/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.224. Inquérito Civil nº 677.0.74721/2011, da 01ª Promotoria de Justiça de Brumado
- 2.225. Inquérito Civil nº 003.9.78639/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde - GESAU;
- 2.226. Procedimento Ministerial nº 608.9.93475/2019, da 04ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.227. Procedimento Ministerial nº 608.9.263149/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 2.228. Inquérito Civil nº 167.9.74044/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 2.229. Procedimento Ministerial nº 003.0.110447/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Assistência de Salvador;
- 2.230. Inquérito Civil nº 003.0.129223/2012 da 12ª Promotoria de Justiça de Assistência de Salvador.
- 2.231. Inquérito Civil nº 003.0.231118/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 2.232. Inquérito Civil nº 646.9.143591/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.233. Inquérito Civil nº 003.0.180877/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Ilhéus;
- 2.234. Inquérito Civil nº 003.1.76090/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.235. Inquérito Civil nº 003.0.73992/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.236. Inquérito Civil nº 003.0.209697/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.237. Inquérito Civil nº 003.0.188688/2012, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 2.238. Procedimento Ministerial nº 213.1.100921/2006, da Promotoria de Justiça



- Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 2.239. Inquérito Civil nº 677.0.204729/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 2.240. Inquérito Civil nº 596.9.58193/2018, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.241. Procedimento Ministerial nº 003.0.189080/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.242. Inquérito Civil nº 167.0.230660/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 2.243. Procedimento Ministerial nº 003.0.151284/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;
- 2.244. Inquérito Civil nº 003.0.90883/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.245. Inquérito Civil nº 674.0.165388/2007, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.246. Procedimento Ministerial nº 003.0.149805/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itaberaba;
- 2.247. Inquérito Civil nº 003.0.220092/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.248. Inquérito Civil nº 646.0.102499/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.249. Inquérito Civil nº 003.9.207296/2018, da 5ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;
- 2.250. Procedimento Ministerial nº 003.0.90763/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

**RELATORA: EXM.<sup>a</sup> SR.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA MÁRCIA REGINA DOS SANTOS VIRGENS:**

- 2.251. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 590.9.56390/2019, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 2.252. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 596.9.83311/2019, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.253. Inquérito Civil nº 003.0.16504/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.254. Inquérito Civil nº 681.0.187935/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 2.255. Procedimento Ministerial nº 020.9.31218/2019, da Promotoria de Justiça de Barra da Estiva;
- 2.256. Procedimento Ministerial nº 597.9.267819/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.257. Inquérito Civil nº 597.9.176833/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 2.258. Procedimento Ministerial nº 680.0.91858/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 2.259. Inquérito Civil nº 003.0.131863/2015, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 2.260. Procedimento Ministerial nº 003.0.142315/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.261. Inquérito Civil nº 718.0.42920/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de



Ubaitaba;

2.262. Procedimento Ministerial nº 608.9.18205/2018, da 8ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.263. Inquérito Civil nº 600.0.153441/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

2.264. Inquérito Civil nº 704.9.201472/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;

2.265. Inquérito Civil nº 704.0.140455/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;

2.266. Inquérito Civil nº 001.9.50291/2019, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

2.267. Inquérito Civil nº 003.0.46245/2009, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

2.268. Inquérito Civil nº 714.9.22849/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Ibicaraí;

2.269. Procedimento Ministerial nº 596.0.78385/2016, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

2.270. Procedimento Ministerial nº 190.9.15832/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

2.271. Inquérito Civil nº 003.0.112713/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADRIANI VASCONCELOS PAZELLI:**

2.272. Procedimento Ministerial nº 003.9.109202/2019 – Sigiloso;

2.273. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.99310/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

2.274. Procedimento Ministerial nº 003.0.162772/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

2.275. Procedimento Ministerial nº 597.0.87786/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

2.276. Procedimento Ministerial nº 003.9.33249/2019, da Promotoria de Justiça de Pilão Arcado;

2.277. Inquérito Civil nº 646.0.185612/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

2.278. Inquérito Civil nº 003.9.62593/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

2.279. Inquérito Civil nº 600.9.48908/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

2.280. Inquérito Civil nº 597.0.180964/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

2.281. Inquérito Civil nº 648.9.181625/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Itaparica;

2.282. Inquérito Civil nº 646.0.179825/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

2.283. Inquérito Civil nº 174.0.79383/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa;

2.284. Inquérito Civil nº 692.1.4075/2005, da Promotoria de Justiça de Carinhanha;

2.285. Procedimento Ministerial nº 596.0.61944/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

2.286. Inquérito Civil nº 674.0.73874/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;



- 2.287. Inquérito Civil nº 681.0.154242/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 2.288. Procedimento Ministerial 712.0.160115/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 2.289. Inquérito Civil nº 003.0.129175/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.290. Inquérito Civil nº 003.9.5159/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 2.291. Inquérito Civil nº 003.9.104649/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 2.292. Inquérito Civil nº 003.0.120629/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;
- 2.293. Inquérito Civil nº 003.0.236511/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.294. Procedimento Ministerial nº 003.0.44406/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 2.295. Inquérito Civil nº 003.0.65579/2009, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;
- 2.296. Inquérito Civil nº 646.0.186883/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.297. Inquérito Civil nº 608.0.251367/2012, da 7ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 2.298. Inquérito Civil nº 003.0.4811/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.299. Inquérito Civil nº 591.0.85318/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.300. Inquérito Civil nº 003.9.21593/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.301. Inquérito Civil nº 003.9.55333/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 2.302. Procedimento Ministerial nº 003.0.171557/2011, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 2.303. Inquérito Civil nº 600.9.119702/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 2.304. Inquérito Civil nº 708.0.210813/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 2.305. Procedimento Ministerial nº 307.0.174840/2007, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 2.306. Inquérito Civil nº 674.0.83143/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 2.307. Inquérito Civil nº 646.0.201728/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 2.308. Procedimento Ministerial nº 677.9.36955/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 2.309. Inquérito Civil nº 003.0.169780/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 2.310. Inquérito Civil nº 003.0.165452/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 2.311. Inquérito Civil nº 003.0.170408/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;



2.312. Inquérito Civil nº 646.0.102482/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA RICARDO RÉGIS DOURADO:**

2.313. Inquérito Civil nº 592.9.114963/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

2.314. Procedimento Ministerial nº 592.9.179127/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

2.315. Procedimento Ministerial nº 003.0.24313/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

2.316. Inquérito Civil nº 003.9.208230/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

2.317. Inquérito Civil nº 608.0.131950/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Jequié;

2.318. Inquérito Civil nº 003.0.100804/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

2.319. Inquérito Civil nº 003.0.63024/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

2.320. Inquérito Civil nº 596.0.24450/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

2.321. Inquérito Civil nº 646.0.174733/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

2.322. Inquérito Civil nº 597.9.60921/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

2.323. Procedimento Ministerial nº 330.9.48065/2017, da Promotoria de Justiça de Teofilândia;

2.324. Inquérito Civil nº 003.0.129824/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

2.325. Inquérito Civil nº 646.0.146468/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

2.326. Inquérito Civil nº 003.0.136830/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas.

### **3. O QUE OCORRER.**

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em 05 setembro de 2019.

**EDIENE SANTOS LOUSADO**

Procuradora-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público